

Exportação de carne bovina do Brasil caminha para primeira queda mensal em 18 meses

A possível queda mensal na exportação do Brasil, o maior produtor e exportador global, tem relação com restrições tarifárias impostas pela própria China. As exportações brasileiras de carne bovina in natura caminham para registrar em julho a primeira queda mensal na comparação anual desde janeiro de 2025. **Página 03**



Senar-R0 abre processo seletivo com salários de até R\$ 5 mil **Página 02**



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII - Nº 5076 - Rondônia, quarta-feira, 22 de Julho de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Área queimada no Brasil fica 31% abaixo da média histórica em 2025

Amazônia registra menor área atingida pelo fogo em 41 anos **Página 05**

Operação Sufocare prende integrante do CV com arma roubada e munições em Porto Velho



Foto: Divulgação

4

VOCÊ É A NOSSA NOTÍCIA!

Tem algo importante, curioso ou que merece ser visto por todos?

ENVIE PARA A GAZETA E NÓS DIVULGAMOS!

Aqui, a **sua voz** tem vez. Sua informação pode virar notícia e ajudar a transformar a realidade da nossa comunidade.



Entre em contato com a nossa redação:

WHATSAPP 69 99338-0808

Sua sugestão pode fazer a diferença!

Tudo que você envia pode ser publicado no site **A Gazeta de Rondônia** e nas nossas redes sociais!



Versão Digital
agazetaderondonia.com.br



MP destina R\$ 547 milhões para ressarcir beneficiários do INSS

O Congresso Nacional vai apreciar a Medida Provisória (MP) 1.378/2026, que abre crédito extraordinário de R\$ 547 milhões em favor do Ministério da Previdência Social. O recurso é destinado ao ressarcimento, em âmbito nacional, de aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos de entidades associativas. A MP foi editada pelo Poder Executivo e publicada nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União (DOU).

Prevê-se que nos próximos meses milhares de beneficiários recebam ressarcimento por valores descontados irregularmente. Era preciso cadastrar-se pelo aplicativo Meu INSS até o dia 20 de junho. Segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), até junho mais de R\$ 3,2 bilhões já haviam sido de-



volvidos a 4,7 milhões de segurados.

As fraudes em benefícios de aposentados e pensionistas foram um dos principais temas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, entre agosto do ano

passado e março deste ano.

A MP já está em vigor, mas até 10 de agosto senadores e deputados poderão apresentar emendas. O texto passa a tramitar em regime de urgência em 4 de setembro. A contagem dos

prazos é suspensa durante os recessos parlamentares.

Segundo a Constituição, as medidas provisórias têm validade de 60 dias, mas o prazo pode ser prorrogado uma vez (por mais 60 dias). Se o Congresso Nacional

não votar nesse período, a proposta perde a eficácia. Nesse caso, o Parlamento pode promulgar um decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP.

Fonte: Agência Senado

Senar-RO abre processo seletivo com salários de até R\$ 5 mil



O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Rondônia (Senar-RO) abriu processo seletivo para contratação de profissionais e formação de cadastro reserva em 15 cargos de ní-

veis médio e superior. As remunerações chegam a R\$ 5.026,59, além de benefícios previstos para os contratados pelo regime da CLT.

A seleção será executada pelo Instituto Euvaldo Lodi

de Rondônia (IEL-RO), conforme o Edital nº 001/2026. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet entre os dias 20 de julho e 8 de agosto, até as 23h59 (horário de Ron-

dônia), mediante preenchimento do formulário eletrônico e pagamento da taxa de inscrição.

O edital prevê três vagas imediatas para cargos de nível superior, sendo duas para Analista Administrativo-Financeiro e uma para Analista Supervisor Técnico, destinada ao município de Cerejeiras. Também haverá cadastro reserva para os cargos de Advogado, Analista de Arrecadação, Contador, Analista de Controle Interno, Pedagogo, Analista Técnico, Analista de Tecnologia da Informação, Comunicação e Recursos Humanos.

Para o nível médio, há uma vaga imediata para Assistente Administrativo-Financeiro, em Ji-Paraná, além de cadastro reserva para Assistente Técnico de Contabilidade, Assistente Técnico em Agronegócio e Assistente/Motorista. Os salários são

de R\$ 5.026,59 para os cargos de nível superior e de R\$ 2.749,59 para os cargos de nível médio.

As taxas de inscrição são de R\$ 50 para os cargos de nível superior e de R\$ 40 para os de nível médio. A confirmação da inscrição dependerá da compensação do pagamento do boleto bancário.

O processo seletivo será realizado em quatro etapas, todas em Porto Velho. As provas objetivas estão marcadas para o dia 23 de agosto, das 8h às 12h para candidatos de nível superior e das 14h às 18h para os concorrentes aos cargos de nível médio. As demais convocações e a divulgação dos resultados ocorrerão no endereço eletrônico oficial do IEL Rondônia, conforme o cronograma previsto no edital.

Fonte: Rondoniagora

Exportação de carne bovina do Brasil caminha para primeira queda mensal em 18 meses

A possível queda mensal na exportação do Brasil, o maior produtor e exportador global, tem relação com restrições tarifárias impostas pela própria China. As exportações brasileiras de carne bovina in natura caminham para registrar em julho a primeira queda mensal na comparação anual desde janeiro de 2025, após um primeiro semestre recorde impulsionado pela forte demanda da China, de acordo com dados do governo e avaliações do setor. A possível queda mensal na exportação do Brasil, o maior produtor e exportador global, tem relação com restrições tarifárias impostas pela própria China, maior importador do produto brasileiro.

No primeiro semestre, frigoríficos correram para completar uma cota chinesa de cerca de 1,1 milhão de toneladas, colaborando para o país registrar um recorde. Na segunda parte do ano, no entanto, os negócios extracota ficam praticamente inviabilizados, já que para esses há uma tarifa de 55%. Números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), divulgados nesta segunda-feira e compilados até a terceira semana de julho, mostram embarques médios diários de 10.799,2 toneladas de carne bovina no acumulado do mês, abaixo das 12.038,2 toneladas por dia registradas em julho de 2025, uma redução de 10,3%.



Mantido o ritmo atual nos 23 dias úteis previstos para o mês, as exportações de julho poderiam alcançar cerca de 248 mil toneladas, contra 276,9 mil toneladas no mesmo mês do ano passado. Diante da barreira para exportar à China, as empresas de carne bovina do Brasil têm reduzido a produção e dado férias coletivas aos funcionários, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A entidade manteve uma estimativa de redução de 10% nos volumes das exportações do Brasil em 2026 ante 2025, principalmente pela questão chinesa.

Recorde no semestre A perda de ritmo ocorre após o Brasil encerrar o primeiro semestre com recordes de receita e volume exporta-

do, disse a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), nesta segunda-feira. As exportações de carnes e subprodutos bovinos somaram US\$9,929 bilhões entre janeiro e junho, alta de 33,4% ante o mesmo período de 2025, enquanto os embarques atingiram 1,811 milhão de toneladas, avanço de 7,3%. A Abrafrigo reiterou que as vendas de carne bovina para o país asiático cresceram 50,3% em valor no primeiro semestre, para US\$4,818 bilhões, enquanto o volume embarcado avançou 22,6%, para 774,7 mil toneladas. A China respondeu por 48,5% da receita obtida com as exportações brasileiras de carnes e subprodutos bovinos no período.

Mas a própria entidade avalia que o forte cresci-

mento das vendas para o mercado chinês dificilmente será mantido no segundo semestre. A Abrafrigo afirma que a cota de importação chinesa destinada ao Brasil para 2026, estimada em 1,106 milhão de toneladas, foi praticamente preenchida com os embarques realizados até junho. Com isso, os embarques destinados à China tendem a desacelerar a partir de julho, até que uma nova cota seja disponibilizada. A associação estima que a redução das compras chinesas poderá retirar cerca de US\$4 bilhões das exportações brasileiras ao país asiático em 2026, embora parte desse impacto possa ser compensada por embarques realizados no fim do ano e desembarcados nos portos chineses apenas em

2027. Além da questão chinesa, a Abrafrigo apontou preocupações envolvendo a União Europeia, diante da ameaça de suspensão de exportações a partir de setembro. A entidade destacou incertezas relacionadas às exigências sanitárias europeias sobre comprovação de produção livre do uso de antimicrobianos, o que pode limitar as compras do bloco nos próximos meses caso não haja um acordo sobre os mecanismos de certificação. Por outro lado, a entidade observou que mercados como Estados Unidos, Chile, Rússia, Hong Kong e Arábia Saudita ampliaram as compras de carne bovina brasileira no primeiro semestre, ajudando a reduzir a dependência da China.

Fonte: Reuters

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia



Decreto autoriza atuação das Forças Armadas nas eleições de 2026

A Presidência da República publicou nesta terça-feira (21) autorização para uso das Forças Armadas durante as Eleições de 2026. A medida prevê a atuação militar durante a votação, apuração e no apoio logístico durante o processo eleitoral. De acordo com o texto, o uso das Forças Armadas ocorrerá conforme solicitação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que definirá as localidades e o período de atuação. A autorização tem como base dispositivos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 97/1999, que trata das normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, e do Código Eleitoral. Em eleições anteriores, a presença das Forças Armadas foi solicitada pelo TSE para reforçar a segurança e dar suporte logístico em regiões consideradas estratégicas ou de difícil acesso.

Fonte: Agência Brasil

Operação Sufocare prende integrante do CV com arma roubada e munições em Porto Velho



Um homem de 25 anos, apontado pela polícia como integrante da facção criminosa Comando Vermelho (CV), foi preso na noite desta segunda-feira (20) durante a Operação Sufocare, em uma residência localizada na Rua Jerusalém, no bairro Monte

Sinai, zona Leste de Porto Velho.

A operação foi realizada de forma integrada por equipes da Força Tática do 5º Batalhão da Polícia Militar (5º BPM), Força Tática do 9º BPM, Polícia Penal e Núcleo de Inteligência do 9º BPM, após trabalho de monitoramento e levantamento de informações.

Durante a abordagem, os policiais apreenderam uma pistola com registro de roubo, diversas munições e uma capa de colete balístico. Todo o material foi recolhido e apresentado na unidade policial.

De acordo com as investigações, o suspeito é apontado como participan-

te de um roubo ocorrido no município de Ariquemes e também é investigado por outros crimes que, segundo a polícia, teriam sido praticados em nome da organização criminosa.

Após receber voz de prisão, o homem foi conduzido ao Departamento de Flagrantes, juntamente com a arma de fogo, as munições e os demais objetos apreendidos.

A pistola deverá passar pelos procedimentos periciais antes de ser devolvida ao proprietário. O suspeito permanece à disposição da Justiça, e o caso seguirá sob investigação das autoridades competentes.

**Por: Milena Santos
News Rondônia**

Área queimada no Brasil fica 31% abaixo da média histórica em 2025

O Brasil registrou 12,7 milhões de hectares queimados em 2025, uma redução de 31% em relação à média histórica, que é de 18,4 milhões de hectares anuais. O resultado também corresponde a quase metade da área atingida em 2024.

Os dados fazem parte da segunda edição do Relatório Anual do Fogo no Brasil, divulgado pelo MapBiomas, que reúne informações sobre as áreas queimadas no país entre 1985 e 2025.

Segundo o levantamento, a área queimada no ano passado interrompeu uma sequência de expansão, com a queda na Amazônia como destaque e principal fator para a redução.

Depois de ter alcançado, em 2024, a maior área queimada da série histórica, com 15,8 milhões de hectares, o bioma registrou em 2025 a menor marca dos últimos 41 anos: 3,1 milhões de hectares.

Apesar disso, Amazônia e Cerrado continuam concentrando a maior parte das áreas queimadas no país. Juntos, os dois biomas respondem por 86% de toda a área atingida pelo fogo desde 1985.

O Cerrado permaneceu como o bioma mais afetado pelas queimadas em 2025, com 8,7 milhões de hectares queimados. O Pantanal apresentou a maior redução proporcional entre todos os biomas, com apenas 121 mil hectares queimados, uma queda de 85,6% em relação à média histórica. A Caatinga foi o único bioma que registrou área queimada acima da média no ano, com 505 mil hectares.

Segundo a diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e coordenadora do MapBiomas Fogo, Ane Alencar, a série histórica



permite compreender mudanças no comportamento das queimadas ao longo do tempo:

“Saber onde o fogo é recorrente, com que frequência ele retorna, qual é sua severidade potencial e quais áreas estão queimando mais ou menos é essencial para definir prioridades, orientar ações preventivas e implementar, de forma mais eficiente, a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.”

Recorrência

O relatório também apresenta, pela primeira vez, indicadores sobre a severidade potencial das queimadas (baixa, moderada, alta, muito alta ou extrema) e o intervalo de retorno do fogo (número de anos entre as ocorrências em uma mesma área).

Quando considerado todo o país, 64% da área queimada teve severidade moderada ou baixa. Porém, na análise específica por bioma, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, metade ou mais

da metade da área queimada foi com severidade alta e muito alta.

Os dados também mostram que 64% de toda a área queimada no país desde 1985 foi atingida pelo fogo mais de uma vez. Entre essas áreas, mais da metade voltou a queimar em até quatro anos.

A Amazônia apresentou os menores intervalos de recorrência. Segundo o levantamento, 31,6% das áreas queimadas no bioma voltaram a pegar fogo em até dois anos. O pesquisador do MapBiomas Fogo, Luiz Felipe Martenexen, explica que o tipo de vegetação influencia intensidade e frequência dos incêndios.

“Na Amazônia, onde a vegetação não é adaptada ao fogo, intervalos tão curtos entre os eventos reduzem o tempo de recuperação da floresta e aumentam o risco de novos incêndios, mais intensos e degradantes. Esse processo pode comprometer progressivamente a re-

generação e tornar a floresta cada vez mais vulnerável ao fogo”, disse Martenexen.

No Cerrado, 66% de toda a área queimada desde 1985 sofreu mais de um episódio de fogo. Segundo a pesquisadora Vera Laísa Arruda, do MapBiomas e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o aumento da frequência das queimadas pode comprometer a regeneração.

“No Cerrado, o fogo faz parte da dinâmica natural do bioma, mas a incidência atual, marcada por eventos mais frequentes e extensos, pode ultrapassar a capacidade de recuperação da vegetação. Quando esse regime se intensifica, aumentam os riscos de perda de biodiversidade e degradação do bioma”, disse Vera Laísa.

Estados

O levantamento mostra que Mato Grosso, Pará e Maranhão concentraram 47% de toda a área queimada no Brasil desde 1985. Os três estados acumulam, res-

pectivamente, 45,1 milhões, 31,6 milhões e 20,7 milhões de hectares queimados no período.

Em nível municipal, 11% de toda a área atingida pelo fogo no país está concentrada em apenas 15 municípios. Corumbá (MS) e São Félix do Xingu (PA) lideram o ranking histórico.

Vegetação

Segundo o relatório, 71,5% de toda a área queimada entre 1985 e 2025 ocorreu em vegetação nativa, enquanto 28,5% atingiram áreas em que há atividades humanas, como pastagens e áreas agrícolas.

A distribuição, porém, varia entre os biomas. Na Amazônia e na Mata Atlântica, o fogo ocorre predominantemente em áreas modificadas pela ação humana, principalmente pastagens.

Já na Caatinga, no Cerrado, no Pantanal e no Pampa, mais de 80% das áreas queimadas correspondem à vegetação nativa.

Fonte: Agência Brasil



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE**

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste torna público o Pregão Eletrônico Nº 27/2026, Processo Administrativo 1509/2026 – SEMDESFAT, sendo o critério de julgamento MENOR PREÇO. Modo de disputa: ABERTO. Objeto: INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS – SEMDESFAT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos. INÍCIO DA DISPUTA: 05/08/2026 às 9h. LOCAL: LICITANET – Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município www.coloradodoeste.ro.gov.br. Maiores informações, por meio do webmail: cplm@coloradodoeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421. Colorado do Oeste/RO, 21 de julho de 2026.

**Eliene Medeiros Felix da Cruz
Pregoeira**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI - RO
Superintendência Municipal
de Licitação – SML**

**AVISO DE LICITACAO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.**

016/2026/SML/PMCJ/RO

PROCESSO N. 0004095.07.01-2025

A prefeitura através da SML, tonar publico aos interessados, de acordo com a Lei 14.133/21, que realizará licitação de forma ELETRÔNICA, com método de disputa ABERTO, por MENOR PREÇO por LOTE: Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para futuros e eventuais prestações de serviços (COFFEE BREAK - ALIMENTAÇÃO PREPARADA BUFFET), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED por um período de 12 (Doze) Meses, conforme Termo de Referência. Valor Total Estimado R\$ 263.233,00 (duzentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e três reais). Data de Abertura: 05 de agosto de 2026, início às 10h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>; Portal Transparência da Prefeitura Municipal e PNCP, qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

Candeias de Jamari – RO, 21 de julho de 2026.

**RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeira – SML/PMCJ/RO
Portaria n. 664/2026**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nº 004/SUMPEL/2026**

O Município de São Miguel do Guaporé/RO, através da SUMPEL, Decreto nº 191/2026, realizará Licitação modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo: menor preço, empreitada por preço GLOBAL, execução indireta, modo de disputa Aberto/fechado, em conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Objeto: Contratação de Empresa Pessoa Jurídica, Especializada em Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo(TSD), drenagem superficial, sinalização viária e serviços complementares no Travessão Linha 86 Norte (Anel Viário), no município de São Miguel do Guaporé/RO, processo administrativo nº 1491/SEMAGRI/2026, valor estimado R\$ 1.858.985,82 (Um Milhão, oitocentos cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), recursos: Transferência Especial da União. Data da Sessão de abertura: 07/08/2026 às 9h horário de Brasília/DF, local www.licitanet.com.br, valor estimado R\$ 1.858.985,82 (Um Milhão, oitocentos cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Edital e anexos à disposição no site supracitado, Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e sala08 da SUMPEL na Prefeitura Municipal, no horário das 7h às 13h.

São Miguel do Guaporé/RO, 21 de julho de 2026.

**Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente Municipal de Licitações**

**A VIDA DE QUEM
PRECISA NÃO
PODE ESPERAR**

Seja um doador de sangue e de medula óssea.
Você tem em suas mãos a oportunidade de salvar vidas.

**DOE SANGUE
E MEDULA ÓSSEA**



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO
DE PRAZO E VALOR**

CONTRATO Nº: 63/2025

PROCESSO Nº: 1109/2025

CELEBRAÇÃO: 21/07/2026

PARTES: Município de Nova União/RO inscrito no CNPJ sob n.º 00.699.197/0001-07 e a empresa J. DA SILVA MILAGRE, inscrita no CNPJ sob o n.º 50.359.651/0001-40.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU)

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 63/2025 por mais 12 (doze) meses, bem como a previsão do valor estimado destinado à continuidade da prestação dos serviços de exames laboratoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme as condições estabelecidas no contrato original.

DO PRAZO: A vigência do Contrato fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 22 de julho de 2026.

DO VALOR: fica estabelecido o valor estimado de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais)
Nota de Empenho Ordinário Nº 1044/2026 de 17/07/2026

Nova União/RO, 21 de julho de 2026.

**João José de Oliveira
Prefeito Municipal**



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO
DE PRAZO E VALOR**

CONTRATO Nº: 62/2025

PROCESSO Nº: 1108/2025

CELEBRAÇÃO: 21/07/2026

PARTES: Município de Nova União/RO inscrito no CNPJ sob n.º 00.699.197/0001-07 e a empresa CLÍNICA FAMILIAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.706.542/0002-68.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU).

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 62/2025 por mais 12 (doze) meses, bem como a previsão do valor estimado destinado à continuidade da prestação dos serviços de exames laboratoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, conforme as condições estabelecidas no contrato original.

DO PRAZO: A vigência do Contrato fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 22 de julho de 2026.

DO VALOR: fica estabelecido o valor estimado de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).
Nota de Empenho Ordinário Nº 1043/2026 de 17/07/2026

Nova União - RO, 21 de julho de 2026.

**João José de Oliveira
Prefeito**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI - RO
Superintendência Municipal
de Licitação – SML**

AVISO DE LICITACAO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 013/2026

PROCESSO N. 0000651.05.01-2026

A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO através da Superintendência Municipal de Licitação, tonar publico aos interessados, de acordo com a Lei 14.133/21, que realizará licitação de forma ELETRÔNICA, com método de disputa ABERTO, por MENOR PREÇO por ITEM: OBJETO: Contratação de empresa qualificada para fornecimentos de material permanente (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde através da PROPOSTA Nº 07006/2025-13 para estruturação Sala de Estabilização, conforme Termo de Referência. Valor Total Estimado R\$ 149.691,86 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos). Data de Abertura: 04 de Agosto de 2026, início às 10h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>; Portal Transparência da Prefeitura Municipal e PNCP, qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

Candeias de Jamari – RO, 21 de julho de 2026.

**RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeira – SML/PMCJ/RO
Portaria n. 664/2026**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026/
SEMAD/PMV**

A Prefeitura de Vilhena, por meio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Processo nº 96056/2026/SEMAD, torna público o Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMAD/PMV, na modalidade Credenciamento (Chamamento Público), nos termos do art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: credenciamento de instituições financeiras regularmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), interessadas em se conectar ao sistema de gestão da margem consignável dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Vilhena/RO, operacionalizado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para oferta e operação de consignações facultativas na folha de pagamento. Período de inscrição: permanente, a partir da publicação, admitida a adesão de novas interessadas a qualquer tempo. O Edital e seus anexos estarão permanentemente disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município de Vilhena/RO.

Vilhena-RO, 21/07/2026.

**VALENTIN GABRIEL – SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO**

Sancionada lei que cria estratégia para fortalecer produção de medicamentos

O Brasil terá uma Estratégia Nacional de Saúde Universal à saúde, estimular investimentos e preparar o sistema para emergências de saúde de estimular a produção nacional de medicamentos.

Segundo o relator, a dependência de importações pode aumentar a vulnerabilidade do sistema de saúde, como no caso da pandemia do Covid-19.

“Essa dependência implica a transferência permanente de renda ao exterior, além da ausência de poder de barganha nas negociações de preço e a vulnerabilidade do sistema a choques de oferta. Assim, faz-se necessária a construção de um parque produtivo nacional robusto”, afirma o senador no parecer.

Para instituir a estratégia, a norma altera normas relacionadas à vigilância sanitária (Lei 6.360, de 1976), às licitações e contratos administrativos (Lei 14.133, de 2021) e à organização do SUS (Lei 8.080, de 1990). Empresas estratégicas de saúde

Pelo texto, as empresas que desejarem se qualificar como “empresa estratégica de saúde” (EES) deverão atender

a condições mínimas, como:

terem como finalidade social a realização de atividades produtivas, de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, além do desenvolvimento de parque industrial voltado ao planejamento estratégico em saúde;

disponer, no país, de instalação industrial para fabricação de “produto estratégico de saúde” (PES);

apresentarem histórico de atividade produtiva e de inovação; e

terem capacidade de assegurar continuidade e expansão produtiva no Brasil.

O credenciamento das EES deverá ser feito por ato do Poder Executivo, em procedimento regulamentado que estabelecerá os ministérios responsáveis pela governança. O Executivo poderá descredenciar a empresa, de ofício ou a pedido, caso entenda haver riscos à soberania nacional e ao abastecimento do SUS. O texto prevê monitoramento permanente dos preços praticados nos mercados nacional e internacional.

As empresas estratégicas de saúde terão direito a prioridade em trâmites regulatórios, incluindo registros, licen-



ças e autorizações, em chamamentos públicos e processos seletivos relacionados a pesquisa, desenvolvimento, inovação ou produção de PES, e acesso facilitado a linhas de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As linhas de crédito poderão incluir taxas de juros competitivas, prazos de pagamento ajustáveis e carência para o pagamento do principal.

A lei também disciplina instrumentos de parceria no Complexo Econômico-Industrial da Saúde, incluindo as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) e as Encomendas Tecnológicas em Saúde (EtecS). Além disso, são previstas normas específicas para a contratação de produtos estratégicos de saúde pela administração pública.

Vetos

O governo federal vetou cinco trechos do projeto. O primeiro previa a exigência de compensação tecnológica em saúde no caso de aquisições de produtos estratégicos de saúde importados. O Executivo justificou que a obrigatoriedade poderia elevar o preço dos

produtos e, consequentemente, ampliar os custos do SUS. Além disso, segundo o governo, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos já permite a exigência de compensação tecnológica em saúde.

Outro trecho vetado determinava que o Poder Executivo estabelecesse uma escala de aplicação de alíquotas de imposto de importação compatíveis com a competitividade das empresas estratégicas de saúde no mercado nacional. O dispositivo também previa a avaliação contínua, em conjunto com o setor privado nacional, da necessidade de medidas de defesa comercial contra práticas desleais. Ao vetar, o governo argumentou que vincular decisões de política tarifária à promoção de um setor específico restringiria a liberdade do Poder Executivo para utilizar o imposto de importação como instrumento de política econômica e comercial.

O Executivo também vetou a alteração da definição legal de “medicamento de referência”. O texto aprovado pelo Congresso retirava da definição a exigência de produção no país. Segundo o governo, a mu-

dança poderia dificultar o desenvolvimento de medicamentos genéricos e similares, aumentar a dependência da produção externa e sujeitar o SUS a crises de disponibilidade de produtos e a flutuações cambiais.

Também foi vetado o dispositivo que vedava a importação, sem registro perante a autoridade sanitária federal, de produtos fabricados no território nacional por uma empresa estratégica de saúde (EES), salvo nas exceções previstas no projeto. Segundo o governo, a medida restringiria as possibilidades de autorização do Ministério da Saúde para a importação de produtos e prejudicaria a gestão do SUS.

Por fim, o governo vetou a alteração estabelecendo que o registro de medicamentos e de insumos farmacêuticos ficaria sujeito à comprovação da certificação de boas práticas de fabricação. A justificativa foi que a alteração já havia sido promovida pela Lei 15.440, de 2026, sancionada recentemente.

O Congresso Nacional deverá deliberar, em sessão conjunta em data ainda a ser definida, se mantém ou se rejeita os vetos.

Fonte: Agência Senado



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA AVISO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

O Município de Cacaulândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 029/2026 através do portal <https://licitanet.com.br/>. O Edital e seus anexos estão disponíveis para retirada nos sites: <https://licitanet.com.br/> e <https://cacaualandia.ro.gov.br/>, mais informações poderá ser adquirido através do e-mail pregao.cacaualandia@gmail.com, telefone 69 9274-5854; Objeto: Registro de preços para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA EM PRANCHAS, DESTINADA À REFORMA, MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PONTES E TRAVESSIAS NA MALHA VIÁRIA RURAL; data da realização: às 10h00min do dia 04 de agosto de 2026, (Horário de Brasília); valor estimado: R\$ 883.534,00 (oitocentos e oitenta e três mil e quinhentos e trinta e quatro reais); Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM; modo de disputa: ABERTO; exclusivo para ME/EPP: NÃO.

Cacaulândia/RO, 21 de julho de 2026

Adrie Aparecida Biazatti Danieleto
Pregoeira

Polícia faz operação contra grupo armado suspeito de invadir fazenda e vender lotes em RO

A Polícia Civil de Rondônia cumpriu, nesta sexta-feira (17), 18 mandados de busca e apreensão contra suspeitos de integrar uma organização criminosa armada investigada por ocupar ilegalmente uma fazenda particular em Nova Brasilândia d'Oeste (RO).

Os mandados foram cumpridos contra 17 pessoas e uma empresa que, segundo a Polícia Civil, era usada para dar suporte às atividades do grupo. A operação ocorreu em Nova Brasilândia d'Oeste, Urupá, Cacoal, Ji-Paraná, Alvorada d'Oeste, Rolim de Moura e Castanheiras.

De acordo com a investigação, os suspeitos ocupam a propriedade desde 2021 e continuaram no local mesmo após decisões da Justiça determinarem a reintegração de posse da fazenda.

Ainda segundo a polícia, uma associação de produtores rurais era usada para esconder as atividades do grupo. As investigações apontam que os suspeitos eram responsáveis por:

- Coordenar a ocupação;
- Realizar a vigilância armada da propriedade;
- Captar novos ocupantes;
- Comercializar lotes de forma irregular.

Além da ocupação irregular, a Polícia Civil informou que encontrou indícios de crimes ambientais na área. Entre eles estão o desmatamento de vege-



tação nativa, intervenções

em Área de Preservação Permanente (APP) e extração ilegal de produtos flo-

restais.

Durante os policiais documentos

à ocupação da propriedade, apreenderam relacionados

de, aparelhos eletrônicos, armas de fogo, munições, dinheiro em espécie e ou-

tros materiais que devem auxiliar no andamento das investigações. Com informações do G1 RO.

AMATUR



+de 20
destinos
pela Amazônia

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**